



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PRECATÓRIO Nº 5964 - DF (2020/0063471-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO ARAUJO - ESPÓLIO**  
**REQUERENTE : MOTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**  
**ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO - DF016362**  
**REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **DECISÃO**

Trata-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 6.864/DF (2007/015 3963-1), expedida em favor do ESPÓLIO DE ANTÔNIO CÂNDIDO DA CRUZ MACHADO ARAÚJO e MOTA & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, este beneficiário de destaque de honorários advocatícios contratuais.

Intimados acerca da regularidade formal, a parte requerida e o Ministério Público Federal manifestaram-se favoravelmente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Decisão nos autos principais determinou o bloqueio dos valores relativos à diferença de índice até julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF e acrescentou que, "após o julgamento, se for o caso, o exequente poderá levantá-los".

Ante o exposto, considerando a concordância manifestada com a regularidade formal e o trânsito em julgado do RE 870.947/SE, determino o pagamento do valor total desta requisição condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**

Presidente